

PARECER Nº 43/2015

PROJETO DE LEI Nº 23/2015

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

RELATOR VEREADOR FÁBIO VALADARES

RELATÓRIO

De autoria dos vereadores Cleuber Michirra e Júnior Valadares, o Projeto de Lei em exame dispõe sobre o uso de som automotivo em veículos particulares no Município de Arinos e dá outras providências.

Publicada, a proposição foi distribuída às Comissões de Legislação, Justiça e de Redação e de Meio Ambiente.

Vem a matéria, preliminarmente, a esta Comissão para receber parecer quanto à sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, conforme dispõe o art. 168, combinado com o art. 88, II, “b”, do Regimento Interno.

Em apartada síntese, o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

No plano da competência legislativa, a proposição não contém vício, pois trata de questão que interessa exclusivamente ao Município, em conformidade com a autonomia que a forma federativa lhe garante, não se encontrando entre aquelas matérias que se inserem no domínio de competência da União ou do Estado.

Também não vislumbramos óbice quanto à iniciativa, porquanto o impulso de matérias de tal natureza é de caráter concorrente, cabendo a qualquer dos legitimados a atuar no processo legislativo municipal.

No plano jurídico constitucional, cumpre ressaltar que é dever do Município, tanto da União quanto do Estado, proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, conforme prevê o art. 23, inciso VI, c/c art. 30, inciso II, da Constituição Federal.

Nesse contexto, verifica-se que não há impedimento para que o Município estabeleça normas de combate à poluição sonora, desde que o faça com observância da legislação federal e estadual atinente ao tema.

Pondero, no entanto, que é necessário aumentar o valor da multa fixada no *caput* do art. 3º do projeto em exame, para coibir com maior rigor os infratores das posturas municipais estabelecidas pelo referido projeto. Para tanto, proponho a Emenda nº 1.

CONCLUSÃO

Em face do exposto, concluimos pela constitucionalidade, juridicidade e legalidade do Projeto de Lei nº 23, de 2015, com a Emenda nº 1, parte integrante deste parecer.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2015.

Vereador FÁBIO VALADARES
Relator

EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 23/2015

Dê-se ao *caput* do art. 3º do Projeto de Lei nº 23, de 2015, a seguinte redação:

“Art. 3º. Sem prejuízo das sanções de natureza civil, penal e das definidas em legislação específica, os infratores das posturas municipais estabelecidas nesta Lei ficarão sujeitos ao pagamento de multa no valor de 30 (trinta) UFPAs (Unidades Fiscais Padrão de Arinos) e, em caso de reincidência, além da aplicação em dobro da multa, o veículo só será liberado após a retirada definitiva de todo equipamento de som.”

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2015.

Vereador FÁBIO VALADARES
Relator